

Esclarecimento sobre declarações do Bastonário da Ordem dos Médicos

No dia 27 de outubro dei uma entrevista à Radio Antena 1, sendo questionado sobre diversos temas, da escolha do jornalista.

Nessa entrevista, afirmei que algumas tarefas que hoje são exercidas por médicos podem ser desenvolvidas por outros profissionais de saúde e dei o exemplo de vários países da OCDE onde tal acontece.

Afirmei, ainda, que “temos profissionais em número suficiente em algumas profissões, mas temos uma combinação ineficiente e precisamos de caminhar mais rapidamente no sentido de uma combinação eficiente”, dando como exemplo o rácio, em Portugal, de um médico para 1,4 enfermeiros, muito longe do rácio médio na OCDE de 1 médico para 3 enfermeiros.

Disse, também, que a formação de enfermeiros, técnicos e de outros profissionais de saúde é muito diferente da que existia há décadas; hoje, muitos destes profissionais têm, no âmbito da sua formação académica, mestrados e doutoramentos.

A este propósito, o Bastonário da Ordem dos Médicos, em comunicado datado de 31 de outubro, referiu, entre muitas outras afirmações, que “a Ordem dos Médicos não aceita, nem tolera uma política contra os doentes”, que o presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS) “transmitiu a ideia aos portugueses que a medicina pode ser feita por qualquer pessoa” e que “no limite, ao pretender que a medicina seja realizada por outros profissionais de saúde que não médicos, o presidente do CNS está a promover a existência de doentes de primeira e segunda categoria consoante a sorte e possibilidades de cada um”.

Depois de eu ter informado o Bastonário da Ordem dos Médicos, em carta de 2 de novembro, sobre o verdadeiro conteúdo das minhas afirmações, no dia 8 de novembro,

precisamente quando o CNS apresentava o resultado dos seus primeiros cinco meses de trabalho, com estudos sobre a Saúde em Portugal e sobre os Fluxos Financeiros no Serviço Nacional de Saúde, o Bastonário da Ordem dos Médicos veio publicamente pedir a minha demissão, afirmando que o presidente do CNS iniciou trabalhos ou estudos técnicos sobre o tema das competências profissionais.

Esta reação do Bastonário da Ordem dos Médicos surpreende:

Em primeiro lugar, porque é falso que eu tenha dito ou insinuado que o sistema de saúde precisa de profissionais não médicos “para praticarem atos médicos”, e que “transmitiu a ideia...que a medicina pode ser feita por qualquer pessoa”.

Em segundo lugar, porque é falso que eu tenha iniciado no CNS, ou fora dele, qualquer discussão técnica sobre o tema das competências das profissões.

Em terceiro lugar, porque, mesmo em Portugal, as ideias por mim referidas já fazem o seu percurso há décadas: a Organização Mundial de Saúde, no Relatório Mundial de Saúde, em 2000, identificava o *skill mix* como um dos grandes desafios para as instituições e serviços de saúde; em 2010, o relatório “Portugal Health System Performance Assessment” questionava o *skill mix* presente no sistema de saúde português, referindo expressamente que “a evidência revela que aprofundar o *scope of practice* da profissão de enfermagem, cuidadosamente implementado, pode ser uma forma eficiente e custo-efetiva de enfrentar o envelhecimento da demografia médica, de melhorar o acesso e aumentar a satisfação de utentes e profissionais”; João Lobo Antunes, em 2012, dizia que “o papel da enfermagem é já hoje entre nós, embora em escala ainda modesta comparativamente ao que observei nos Estados Unidos, muito mais amplo do que tradicionalmente lhe era reservado (...), por exemplo administrando anestesia sob supervisão. Parece evidente que o seu campo de intervenção profissional é naturalmente ainda mais ambicioso e há um inexplicável desaproveitamento de capacidades várias, por exemplo, no que se refere a doenças crónicas, como a diabetes”;

o Grupo Técnico para a Reforma Hospitalar afirmava, no seu Relatório¹, em 2012, que “as insuficiências de RH médicos em determinadas áreas e a necessidade de racionalizar e reduzir custos aconselham a repensar as tarefas e atribuições dos diferentes grupos profissionais do hospital, propiciando que elas são realizadas ao nível adequado e evitando, nomeadamente, a ocupação de pessoal médico com tarefas que não requerem o seu nível de competências e qualificação”; o Relatório “Um Futuro para a Saúde”, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 2014, coordenado por Nigel Crisp, sublinhava que “a evidência internacional sugere que, em circunstâncias específicas e com a formação adequada, pode haver uma mudança de tarefas, melhorando o acesso e a satisfação do utente sem perda de qualidade e da segurança”.

Em quarto lugar, porque o próprio Tribunal de Contas já recomendou, por exemplo na Auditoria de Seguimento de Recomendações Formuladas no Relatório de Auditoria ao Desempenho de Unidades Funcionais de Cuidados de Saúde Primários, publicado em 2014, “salientou os ganhos potenciais da valorização do tempo médico, canalizando-o para a realização de consultas, libertando os profissionais médicos de tarefas administrativas e de outras tarefas em que possam ser substituídos por outros profissionais de saúde, nomeadamente pela (...) reconsideração do papel dos diferentes profissionais de saúde na prestação de cuidados primários, permitindo a libertação de horas médico para a realização de consultas. Neste âmbito, (...) diligenciar pela implementação efetiva do modelo de prestação de cuidados de enfermagem centrado no enfermeiro de família, no sentido de libertar os profissionais médicos de tarefas que podem ser realizadas por outros profissionais de saúde”.

Em quinto lugar, porque o próprio Programa do atual Governo afirma que “para a defesa do SNS é fundamental aperfeiçoar a gestão dos seus recursos humanos e promover a valorização dos profissionais de saúde, promovendo novos modelos de cooperação e repartição de responsabilidades entre as diferentes profissões de saúde, (...) através da aposta em novos modelos de cooperação entre profissões de saúde, no que respeita à repartição de competências e responsabilidades”.

¹ Que integra médicos como Jorge Penedo, José Marins Nunes e Paulo Boto

Em sexto lugar, e como já afirmei, porque sendo o Bastonário da Ordem dos Médicos membro do CNS, seria curial um contacto pessoal no sentido de pedir explicações, ou no sentido de pedir a convocação de uma reunião do CNS para tratar deste assunto, ou qualquer outra iniciativa que não fragilizasse um órgão que está a dar agora os seus primeiros passos e que obviasse à publicação de supostas afirmações do seu presidente, que simplesmente não correspondem à verdade.

Lisboa, 9 de novembro de 2017

O presidente do Conselho Nacional de Saúde

Jorge Simões